



Conselho Provincial de Luanda

### ACTA N.º 5/2012

A 05 de Setembro de 2012, na sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, pelas 15H00, realizou-se a quarta reunião ordinária do Conselho Provincial de Luanda (CPL).

A reunião, presidida pela Dra. Mariza Sequeira, na qualidade de Presidente deste Conselho, contou com a presença dos seguintes membros:

- Dr. António Joaquim;
- Dr.ª Anabela da Silva Bengue
- Dr. Aldemiro Morais
- Dr.ª Dejanine Sousa Santos.
- Dr. Evaristo Maneco;
- Dr.ª Helena Prata;
- Dr.ª Idalette de Sousa;
- Dr. Flaviano Mafiló

Ausências:

Dr. Luís Martinho Lunga (justificada);

A reunião teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. **Aprovação da acta da reunião anterior;**
2. **Avaliação do grau de execução das deliberações tomadas na última reunião;**
3. **Análise e deliberação sobre participações disciplinares contra advogados;**
4. **Semana do Advogado-Informações e eventual distribuição de tarefas pelos membros do CPL;**
5. **Diversos**

Aberta a reunião e submetida a proposta de ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada sem qualquer alteração. Passando imediatamente para a discussão dos pontos insertos na ordem de trabalhos, sendo certo que foram tomadas as seguintes deliberações:

1. Neste ponto os membros aprovaram com ligeiras alterações a acta da reunião anterior, que depois de assinada deverá ser arquivada na Secretaria do CPL;

2. No que toca a este ponto ficou assente a execução de todas as deliberações. Contudo, relativamente ao processo de inquérito contra o Dr. Mário Freud, em face da participação feita pela Procuradora junto da Sala de Trabalho do Tribunal Provincial de Luanda, a Dr<sup>a</sup>. Leniza Sampaio informou já ter pronto o relatório do inquérito e que, brevemente, o faria chegar aos membros. Ainda assim prestou alguns esclarecimentos sobre o resultado do inquérito, sendo certo que o Conselho deliberou no sentido de serem realizadas mais diligências, sugerindo-se a audição da própria magistrada, o constituinte do advogado e o oficial que tenha assistido à discussão.

Neste ponto a Dra. Idalette de Sousa, no âmbito do processo de inquérito contra os Advogados Nelson Couto Cabral, Rui Guerreiro Passos e Gilberto Bunga da Silva, por não terem comparecido em audiência, depois de devidamente notificados, informou os presentes sobre o resultado do mesmo, tendo o Conselho deliberado no sentido da Ilustre Colega elaborar um relatório do resultado do inquérito e submetê-lo aos membros, no prazo previsto no Regulamento deste Conselho, para que seja tomada a devida deliberação sobre o assunto.

3. Neste ponto, superficialmente, foi analisada a participação feita pelos Srs. António Francisco Venância e Manuela de Oliveira contra o Dr. Mário Freud que se queixam de uma suposta conduta anti ética do ilustre colega, no âmbito de um processo judicial que corre seus trâmites legais no qual os participados têm interesse directo e o Ilustre Colega representa a parte contrária, ficou deliberado solicitar-se o pronunciamento do Advogado visado para que, posteriormente, fosse tomada a devida deliberação.

Ainda nesta senda, os membros do Conselho tomaram conhecimento do pedido apresentado pelo Dr. Mário Freud para que, em jeito de resposta às várias informações postas a circular nos meios de comunicação sobre a providência cautelar decretada pelo Tribunal Provincial de Luanda, que resultou na suspensão da deliberação social que havia conduzido a Sr<sup>a</sup>. Manuela de Oliveira ao cargo de Presidente do Atlético Sport Aviação (ASA) e que no seu entender atentam contra a sua honra e bom nome, lhe fosse dada a devida autorização, no sentido de, publicamente, esclarecer os factos. Relativamente a este assunto o Conselho deliberou não dar provimento a pretensão do Ilustre Colega, por entender que se assim não fosse alimentar-se-ia, de facto, uma discussão pública sobre o assunto que em nada dignificaria a classe. Ficou ainda deliberado que se responda



a solicitação do Ilustre Colega e que ao mesmo tempo seja convocado para que lhe sejam prestados esclarecimentos adicionais sobre a posição deste Conselho, sendo que ficaram com a incumbência da execução dessas deliberações os Drs. Evaristo Maneco e António Joaquim.

Foi analisada a participação feita pelo Sr. Carlos Mestres contra a Dra. Lurdes Caposso Fernandes que, por insuficiência de identificação do participante, pois para além do nome não apresentou outros elementos que possam facilitar a sua identificação ou localização, ficou deliberado dar-se a conhecer a Ilustre Colega a referida participação, alertando-a para a necessidade de maior controlo do seu escritório para que documentos como os que foram juntos à participação não voltem a sair do seu escritório com este ou outro propósito.

Outra participação que foi analisada foi a do Sr. Joaquim Paulo Agostinho contra o Dr. David Loké que, em face do Resultado do Inquérito, o Conselho concluiu não ter havido da parte do Ilustre Colega qualquer comportamento que, no exercício das suas funções de funcionário público, atentasse contra as normas que regulam o exercício da profissão e, por essa razão, deliberou pelo arquivamento do processo.

Foi ainda analisada a participação feita pelo Sr. José Calenga contra o Dr. Paulo das Chagas Rangel que se mostra insatisfeito por falta de acompanhamento de um processo que corre os trâmites no Tribunal Provincial do Huambo, sendo certo que o Conselho, aproveitando-se da deslocação do Dr. António Joaquim aquela cidade, deliberou no sentido do Dr. António Joaquim fazer diligências junto do Tribunal e, se possível, contactar o participado para se apurar o estado actual do processo e colher outras informações que possam ajudar o Conselho a deliberar. Ficou ainda deliberado que depois do resultado dessas diligências dever-se-á notificar o Dr. Paulo das Chagas Rangel para se pronunciar do estado do processo.

Finalmente foi analisada a participação feita pelo Sr. Miguel de Oliveira Ganga contra os Drs. Tiago Ribeiro e Isabel Rodrigues na qual imputa aos mesmos responsabilidades por terem, no exercício das suas funções, arrolado factos que, no seu entender são falsos. O Conselho por entender que os advogados não respondem disciplinar, civil e criminalmente por factos recebidos dos seus constituintes e levados a público no exercício das suas funções, deliberou pelo indeferimento do pedido, sendo certo que deverá o Dr. Aldemiro Morais tratar da execução dessa deliberação.



4. Relativamente a este ponto a Dr<sup>a</sup>. Anabela prestou informações quanto aos possíveis locais para o jantar conferência, sendo os Hotéis Praimar e Tropicana, informando que estava à espera das respectivas facturas proformas.

Informou ainda que está agendado um encontro com todos os advogados e advogados estagiários que receberão no mês em curso os respectivos cartões de identificação.

Finalmente informou ter já contactos avançados para os serviços de protocolo e cocktail para a cerimónia de entrega de cartões a advogados e advogados estagiários.


5. Neste ponto foram analisados vários processos de inscrição com destaque para o processo de inscrição de advogado do Dr. José Bonito Capita que, em virtude do relatório de fim de estágio ter sido assinado por uma advogada que não o seu patrono, foi indeferido, tendo ainda o Conselho deliberado no sentido de solicitar um pronunciamento do seu patrono, Dr. Tiago Ribeiro, sobre o assunto.

Neste ponto ainda, face à indisponibilidade apresentada pela Dra. Helena Prata para apresentar o tema sobre "Imposto de Selo nas Peças Processuais", por na altura da semana do advogado estar engajada nas jornadas científicas da Faculdade de Direito da UAN, ficou deliberado contactar-se o Dr. Cláudio Paulino para a substituir.

5. Na análise deste ponto, após uma breve retrospectiva sobre as últimas cerimónias de entrega de cédulas, o CP entendeu que se deverá, a partir da próxima cerimónia, emprestar maior solenidade e melhor organização. Assim, deliberou no sentido de se localizar um outro, ou outros espaços para a referida cerimónia, dado o crescente número de licenciados...

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 18H20, tendo sido lavrada a presente acta que, após aprovação, vai assinada pela Presidente.

A PRESIDENTE



Mariza Sequeira